

Acta da Assembleia Geral Ordinária, 30 de Abril de 2011

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Geral de acordo com a Convocatória anexa à presente acta, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Matosinhos, sita na Avenida D. Afonso Henriques e com a seguinte Ordem de Trabalhos;

Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ordem de Trabalhos;
2. Validação da aprovação da acta (aprovada em minuta) da anterior Assembleia Geral Ordinária de 27 de Março de 2010, em Lisboa;
3. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2010;
4. Apresentação, discussão e votação do Plano Estratégico e do Plano de Actividades para 2011;
5. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2011;
6. Apresentação e discussão das propostas de resolução ao *International Council Meeting (ICM)*;
7. Apresentação, discussão e votação de outras propostas/assuntos;
8. Apresentação, discussão e votação do local de realização da próxima Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi aberta às onze horas e quarenta minutos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Joaquim Ruivo, estando presentes na mesa a Vice-Presidente, Tânia Alves, bem como a secretária, Ana Filipa Santos, que assegurou a redacção da acta.

1. Aprovação da Ordem de Trabalhos

Aberta a reunião pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, entrou-se de imediato no ponto primeiro da Ordem de Trabalhos. Não havendo alterações a propor, a proposta de Ordem de Trabalhos foi sujeita a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2. Validação da aprovação da Acta (aprovada em minuta) da anterior Assembleia Geral Ordinária de 27 de Março de 2011, em Lisboa

Atendendo a que a acta referente a esta assembleia foi previamente aprovada em minuta e tendo em conta que o documento foi previamente enviado por correio electrónico, o Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da mesma.

Maria Teresa Nogueira começou por propor que na página cinco, relativamente a uma candidatura que foi chumbada, fosse explicitada o conteúdo da candidatura bem como pediu esclarecimentos sobre o significado da expressão “legitimidade institucional e científica” utilizada na página oito, primeiro parágrafo.

Querubim Reinho fez uma sugestão de carácter formal relativamente à declaração de voto de António Eloy que, na sua opinião, devia constar em anexo à acta e não no texto da acta.

Não havendo mais observações, foi a aprovação da acta supracitada validada com dez abstenções, zero votos contra e dezasseis votos a favor.

3. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2010;

Seguidamente Ricardo Ferreira começou por apresentar o “Relatório de Contas” relativo a 2010 seguindo-se a apresentação do Relatório de Actividades. Salientou ter-se atingido em 2010 uma estabilidade ao nível do número de membros e apoiantes graças às campanhas que têm sido feitas, concretamente a campanha Face to Face, depois do crescimento verificado em 2009.

Reforçou ainda necessidade de as estruturas procederem ao cumprimento do artigo 13º dos NEREOP.

Tomou a palavra Armando Borlido que apresentou o Relatório de Actividades relativas ao ano de 2010.

Relativamente ao relatório de contas, o Presidente da Mesa lembrou os documentos enviados e apresentados, a saber “Demonstrações Financeiras Individuais”, “Parecer do Conselho Fiscal sobre o Exercício Económico-Financeiro de 2010”, “Certificação Legal de Contas”, “Relatório de Gestão”, bem como o “Relatório de Actividades”, abrindo de seguida o espaço de debate relativamente aos documentos. Vítor Nogueira lembrou à Mesa a necessidade de ouvir o Conselho Fiscal, tendo sido dada a palavra a Faria de Castro que, sucintamente, reforçou os pontos já evidenciados no respectivo Parecer.

Teresa Nogueira sugeriu que fosse apresentado um plano desanexado do Relatório de Contas, como se fez para o Orçamento de forma a proceder-se a uma leitura mais completa e perceptível, sugestão reforçada por Albano Vasconcelos e Querubim Reisinho. Este último afirmou que seria um procedimento interessante a colocação de quadros comparativos entre o orçamento previsional e resultados finais ao nível das contas.

Luís Braga enfatizou a importância da reflexão sobre o crescimento da AI Portugal, nomeadamente sobre o aumento do número de apoiantes e de donativos. Manifestou o seu voto de apreço pelo profissionalismo evidenciado pelo tesoureiro da direcção, Ricardo Ferreira.

Seguidamente Faria de Castro referiu-se ao aumento de gastos com o pessoal no contexto de mudanças que se inscrevem numa política de transparência. Nesse sentido Pedro Krupenski especificou que, por exemplo, as funções dos operadores de telemarketing eram inicialmente sazonais, pelo que se justificava estarem ligados à Amnistia através de uma contratação por recibos verdes. Posteriormente, esses operadores viram as suas funções acrescidas pelo que passaram a uma situação de contrato.

Ricardo Ferreira esclareceu ainda que a quebra verificada nas receitas de 2010 se deve a um menor número de pessoas que optaram por consignar parte do IRS à AI Portugal. Querubim Reinho tomou a palavra solicitando a separação entre quotas e donativos no que concerne as receitas, de forma a não existirem dúvidas.

Aberto o período de debate relativo ao Relatório de Actividades, Albano Vasconcelos manifestou o seu apreço pelas actividades realizadas.

Passou-se, de seguida à aprovação do Relatório de Contas de 2010, tendo sido aprovado por unanimidade.

Tendo sido colocado à votação o Relatório de Actividades de 2010 foi também aprovado por unanimidade.

4. Apresentação, discussão e votação do Plano Estratégico e do Plano de Actividades para 2011;

O Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da AI Portugal, Zé Justino, que procedeu à apresentação do Plano Estratégico e do Plano de Actividades para 2011.

Relativamente ao enquadramento dos referidos planos, a Presidente salientou a crise como palavra-chave não só em termos económicos, como políticos e ao nível dos direitos humanos, tendo salientado alguns dos aspectos negativos que enquadram as estratégias da AI para o ano de 2011. Focou, por outro lado, alguns dos aspectos positivos, salientando que se torna necessário dar ainda mais visibilidade aos direitos humanos no contexto até das comemorações do trigésimo aniversário da AI Portugal. Zé, Justino salientou ainda a importância do debate em torno da *One Amnesty*, bem como bem como da necessidade de se considerarem outras prioridades, nomeadamente ao nível da dignidade, desalojamentos forçados, responsabilidade social, protecção das pessoas em movimento, segurança e direitos humanos, combate ao terror com justiça, respostas a emergências e a crises.

Seguidamente foi dada a palavra a Pedro Krupenski para uma análise mais detalhada do plano, tendo, entre outras prioridades, salientado o desenvolvimento digital, nomeadamente, através de alterações de fundo no site da AI Portugal.

Ricardo Ferreira alertou para o facto de haver alguns objectivos/actividades previstos que podem ficar congelados em virtude do pouco crescimento financeiro da AI Portugal.

Seguidamente Armando Borlido apresentou os tópicos relativos à formação externa e interna que se prevê mais eficaz, sendo que a formação interna será uma das prioridades.

Referiu que há falta de preparação por parte dos docentes relativamente aos Direitos Humanos, pelo que está prevista uma abordagem às Escolas Superiores de Educação de forma a perceber-se que tipo de trabalho colaborativo poderá ser efectuado envolvendo os futuros docentes no que respeita à temática dos direitos humanos.

Melanie Morais apresentou o tópico das parcerias regidas pelos critérios identificados pela AI Portugal, a saber: imparcialidade e independência, vantagens mútuas (*win-win*), bem como protocolos com objectivos claramente definidos e banalizados. Salientou que no que concerne as estruturas a prioridade será dada à fidelização dos membros através de visitas a estruturas, entre outros.

Foram ainda evidenciadas as várias actividades previstas para comemoração do trigésimo aniversário da AI Portugal e dos cinquenta anos da AI.

Apresentados os planos estratégico e de actividades procedeu-se à sua discussão

Relativamente ao projecto de abertura de um escritório/delegação da AI prevista para o Porto, Luís Braga começou por salientar que tal projecto vai de encontro aos objectivos da AI Portugal no que concerne o seu crescimento, tendo desde logo sugerido uma mudança na terminologia, propondo que o nome do escritório se passa a chamar do Norte e não do Porto, e que a Sede de Lisboa passe a designar-se por Sede Nacional. Salientou ainda a importância de se reflectir acerca da etnia cigana, nomeadamente no que se refere à condição das mulheres, bem como às condições de vida dos ciganos nos acampamentos.

Usou da palavra Albano Vasconcelos, lembrando que a criação de um escritório da AI no Porto é um projecto antigo, aprovado por unanimidade numa anterior Assembleia Geral. No seu entender, é de todo o interesse da AI Portugal a existência de uma delegação no Norte, que, ainda por cima, a seu ver, não trará custos elevados.

Almeida dos Santos começou por felicitar a Direcção pela ambição evidenciada no plano estratégico. Salientou a “Campanha de acabar com o Mas”, bem como o aumento do lobby junto das instâncias governamentais portuguesas. Relativamente às parcerias, Almeida dos Santos manifestou algumas reservas uma vez que AI tem sido usada para promover outras entidades, pelo que, em seu entender, é preferível não fazer uma parceria em caso de dúvidas. É sua opinião que a defesa dos direitos das crianças deve ser também uma prioridade na acção da AI.

Teresa Nogueira sugeriu que, por uma questão de prudência, deveria ser efectuado um estudo financeiro prévio e traçado um plano de objectivos relativamente à instalação de uma delegação no Norte.

Ricardo Ferreira opinou que, tendo em conta a estabilidade financeira da AI, é possível pensar mais além e avançar com este ponto após o mesmo ter sido bem fundamentado.

Ainda relativamente a este assunto, Armando Borlido informou que já foram feitos os primeiros contactos com a autarquia do Porto, salientando que a existência de uma delegação no Norte trará grandes vantagens à AI. Na sequência da intervenção de Almeida dos Santos, Armando Borlido relevou a importância do trabalho desenvolvido e a desenvolver com as crianças ao nível dos direitos humanos e, relativamente à questão dos ciganos, entende também que a Secção terá de intervir em virtude de serem desrespeitados os seus direitos.

Fernanda Ruivo, na qualidade de Assessora para as comunidades ciganas, reiterou a importância do papel da AI relativamente aos ciganos, bem como a necessidade de um contacto directo com a comunidade cigana em ordem a permitir uma melhor compreensão dos seus problemas e uma intervenção mais fundamentada da AI Portugal.

António Belo comentou a perspectiva de Almeida Santos no que respeita às parcerias relativamente à imagem da Amnistia, salientando, por sua vez, as vantagens mútuas que daí podem advir.

Vítor Nogueira elogiou o plano estratégico e sublinhou aspectos que considera importantes relativos à imagem da AI. Também opinou que em seu entender é mais correcto falar-se em Sede do Norte e não em escritório. Relativamente à questão das parcerias, salientou que se trata de compromissos morais com um grande significado em que a AI deve sublinhar a sua intervenção em termos de direitos humanos e que exige um posicionamento especial por parte da AI.

Almeida dos Santos propôs novamente o reforço da acção no que diz respeito aos direitos humanos das crianças, tendo Pedro Krupenski referido a necessidade de se fazer mais lobby junto das instâncias governamentais.

Albano Vasconcelos voltou a tomar a palavra para sublinhar a importância de se elaborar um caderno de encargos relativamente à instalação de uma delegação no Norte. Mais ainda, propôs que a direcção assumisse o compromisso de criar um grupo de trabalho que estude um parecer relativo à instalação e funcionamento da mesma.

Ricardo Ferreira concordou e sugeriu que ficasse já definido um grupo de trabalho de forma a passar-se das palavras aos actos.

Fernanda Ruivo tomou a palavra para propor igualmente a criação de um grupo de trabalho que possa estudar e definir a acção da AI relativamente aos ciganos.

No que diz respeito ainda à instalação de uma sede no Norte, Otília Reinho salientou que em termos de custos estes estarão apenas relacionados com a manutenção do espaço. Em seu entender esta nova sede deverá prestar apoio aos grupos que funcionam no Norte, independentemente das outras funções.

Finalmente, Luís Braga opinou que a instalação de uma sede no Norte será mais prioritária do que a criação de um Café da Liberdade, ou da mudança de instalações da sede em Lisboa, pelo que os recursos financeiros disponíveis e previstos deverão prioritariamente contemplar este projecto. Concluiu a sua intervenção disponibilizando-se para cooperar com o grupo de trabalho que vier a ser criado para análise dos problemas específicos que afectam as comunidades ciganas.

A Presidente da Direcção reforçou a pertinência da criação destes grupos de trabalho, tendo o Presidente da Mesa solicitado à Direcção a responsabilidade de indicar dos dois grupos de trabalho sugeridos pela Assembleia, no sentido de agilizar o processo de criação dos grupos de trabalho.

Findo o período de discussão procedeu-se à votação dos planos estratégico e de actividades relativamente a 2011, tendo sido aprovados por unanimidade.

5. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2011;

Ricardo Ferreira começou por propor à Assembleia que um dos pontos a tratar - "Definição da Política de Reservas" - previsto para apresentar no ponto sete da Ordem de Trabalhos, fosse analisado e discutido neste mesmo ponto cinco, na sequência da discussão do Orçamento para 2011.

O Presidente da Mesa foi da opinião que formalmente e tecnicamente tinha todo o sentido enquadrá-lo no ponto cinco, pelo que não via qualquer problema em aceder a essa solicitação, não tendo havido qualquer objecção.

Seguidamente Ricardo Ferreira apresentou em "Powerpoint" as linhas gerais do Orçamento para 2011, bem como os critérios subjacentes à sua elaboração.

Aberto o período de discussão, Albano Vasconcelos começou por salientar a dimensão dos valores previstos no orçamento. Referiu-se ainda aos custos com pessoal que representam 40% do orçamento, questionando o aumento de massa salarial de 5,5% face a uma

actualização de vencimentos de 2,4%, em seu entender difícil de entender face à inflação prevista e às medidas de contenção.

Querubim Reinho fez uma pequena intervenção relativamente aos fornecimentos e serviços tendo solicitado um esclarecimento a Ricardo Ferreira sobre o montante previsto para energia no valor de 25 000 euros, que corresponde a dez por cento do orçamento, a seu ver, muito elevado.

Luís Braga salientou a importância de haver parcimónia e ponderação ao nível das promoções numa altura em que a todos é pedido contenção e poupança.

Almeida dos Santos, por sua vez, em apoio da proposta da Direcção, argumentou que quem conhece o trabalho da sede sabe que o trabalho realizado não está a ser pago por um valor justo, não vendo, por isso mesmo, inconveniente no estímulo através de compensações monetárias aos funcionários que nela trabalham.

Ricardo Ferreira providenciou, de seguida, uma explicação detalhada relativamente aos aumentos salariais de dois colaboradores (Daniela Jerónimo, coordenadora do projecto Face to Face e Eduardo Martins, gestor da base de dados). Relativamente à quota internacional referiu que a mesma tem aumentado, o que é também um reflexo da dimensão que a secção portuguesa atingiu nos últimos anos no contexto da AI.

Relativamente ao aumento proposto para os funcionários Teresa Nogueira questionou se os mesmos recebem horas extraordinárias. Informada pela direcção que não se efectuam pagamentos de horas extraordinária, Teresa Nogueira, salientou que estamos numa ONG ligada aos direitos humanos, é da opinião que é a esta questão que deve prevalecer, no sentido em que se o Orçamento é equilibrado e se é possível proceder a aumentos salariais, então os mesmos devem ser efectuados tendo em vista a manutenção do bom clima de trabalho e motivação que o *staff* da AI evidencia. Quanto às quotas para o secretariado internacional, entende que nem sempre são utilizadas da melhor forma, tendo a Secção Portuguesa o direito de reivindicar a descida das quotas.

Pedro Krupenski prestou ainda um esclarecimento relativamente ao montante previsto com aos custos da Electricidade, esclarecendo tratar-se de um lapso uma vez que o orçamento previsto para custos energéticos é de 2 500 Euros e não de 25 000 como está indicado nos documentos que foram distribuídos.

Ricardo Ferreira pediu desculpa pelo lapso, informando que o orçamento a aprovar terá em conta a rectificação do valor em causa.

Ainda relativamente ao aumento salarial previsto para os funcionários, Albano Vasconcelos manifestou a opinião de que se há necessidade de premiar os funcionários, então é urgente perceber se é preferível intervir a médio-longo prazo, seja através do pagamento pontual de horas extraordinárias, seja através da revisão da estrutura remuneratória que poderá ser aumentada.

Pedro Krupenski salientou a flexibilidade horária por parte dos funcionários, trabalhando mais horas do que as constantes no horário de trabalho, sinal evidente de que há muito a fazer no que concerne a luta pelos direitos humanos.

Joaquim Gomes questionou, por sua vez, o aumento nos custos. Manifestou a sua preocupação pela passagem de um orçamento folgado (o de 2010) para um orçamento apertado (o de 2011). Colocou algumas questões relativamente a alternativas para o crescimento da AI Portugal, nomeadamente sobre a existência de verba para as iniciativas constantes do plano estratégico. Questionou também sobre se os aumentos contemplados no orçamento já foram efectivados tendo em conta que estamos no mês de Abril.

Armando Borlido informou que os funcionários têm de cumprir o horário de trabalho, muito embora exista alguma flexibilidade no que se refere à gestão do pessoal relativo a esse cumprimento. No que concerne aos aumentos salariais considerou-os necessários em virtude dos salários actualmente pagos não estarem adequados às funções e responsabilidade que os funcionários desempenham.

Luís Braga solicitou ao Presidente da Mesa, que lhe fosse enviado um relatório detalhado com as remunerações dos funcionários da AI juntamente com a descrição das suas funções. Embora entendendo que os aumentos salariais verificados são pouco justificáveis tendo em conta a contenção que se vive, manifestou a sua inteira confiança no tesoureiro relativamente ao cumprimento do orçamento para 2011.

Zé Justino esclareceu que o relatório detalhado das remunerações e funções dos funcionários está disponível para consulta.

Faria de Castro pediu a palavra para prestar um esclarecimento relativamente aos lucros da AI. Referiu que, atendendo a que se trata de uma ONG, o seu objectivo não é gerar lucros. O facto de actualmente a sua situação financeira estar desafogada permite a elaboração de um orçamento mais amplo. Alguns aumentos de despesa face ao ano anterior estão relacionados com a presença de membros do staff no ICM, bem como no aumento de actividades planificadas e a realizar.

Ricardo Ferreira esclareceu que os aumentos salariais não representam um valor anormal face a outros montantes que têm crescido ao longo dos tempos. No seu entender é de enaltecer o lucro que esta associação atingiu, bem como o montante constante nas reservas financeiras.

Armando Borlido referiu que a revista especial comemorativa vai implicar custos avultados não só na sua publicação como também na sua concepção, pelo que os custos também devem ser assim entendidos como um investimento a longo prazo. A realização de eventos que projectem o movimento e a organização traduzem-se logicamente em custos mas também em projecção do movimento.

Albano Vasconcelos, após ter questionado Ricardo Ferreira sobre a implementação do orçamento, lamentou o facto dos aumentos salariais terem sido previamente decididos, visto que efectivamente em Abril o orçamento está já a ser implementado, sem que a Assembleia o tenha aprovado. Sugere que de futuro o orçamento seja votado antes do ano civil e que, neste caso, os aumentos salariais previstos deveriam ter sido retroactivos.

Teresa Nogueira considerou um desrespeito total pela Assembleia o facto de estarmos a discutir um orçamento que já está a ser executado, muito embora concorde com as linhas gerais constantes do mesmo.

Maria Ângela lembrou que sempre se procedeu à aprovação do orçamento quando o mesmo já está em aplicação, uma vez que a Assembleia que o discute e aprova se realiza normalmente em Março do próprio ano da sua execução.

Otília Reinho acentuou que o facto das algumas práticas instaladas na AI serem práticas erradas e que este erro evidencia uma má prática da AI, uma vez que a Assembleia é soberana para decidir. Tratando-se de um erro, o mesmo deve ser corrigido caso contrário não fará sentido aos membros da organização deslocarem-se às Assembleia da AI. Concorda com os aumentos mas também considera, à luz do que Albano Gonçalves propôs, que os aumentos deveriam ter sido retroactivos.

Vítor Nogueira referiu que esta questão não é nova na Secção, lembrando que no passado se faziam duas Assembleias, sendo que uma delas a decorrer em Outubro/Novembro servia precisamente para apresentar e aprovar o plano estratégico e o orçamento relativo ao ano seguinte. Reconheceu igualmente ser uma prática incorrecta a Assembleia aprovar algo que já está em funcionamento.

Ricardo Ferreira assumiu a responsabilidade e assegurou que no próximo ano não se voltará a repetir este erro; Armando Borlido usou da palavra para reiterar a mesma promessa.

Finalmente, Querubim Reinho, referiu que sendo a responsabilidade da direcção dirigir correctamente uma associação, poderá, caso seja necessário, apresentar um orçamento rectificativo. No seu entender a Direcção não tem que assumir a responsabilidade por o Orçamento só agora estar a ser aprovado pois isso está assim estipulado nos Estatutos, pelo que tal a responsabilidade é de todos os membros, mas defendeu a alteração estatutária que possibilite a aprovação do Orçamento com a antecedência necessária, nomeadamente através da realização de uma assembleia com esse propósito antes do final de cada ano.

Pedro Krupenski referiu que pelos estatutos a Assembleia decorre no mês de Março, pelo que não se verifica qualquer incumprimento estatutário.

Quanto a este assunto, também Luís Braga manifestou a opinião que a Direcção pode aumentar os salários pelo que em seu entender esta tomou uma decisão legítima.

Finda a discussão, passou-se à votação do orçamento para 2011 tendo sido aprovado com vinte votos a favor e cinco abstenções.

Seguidamente Ricardo Ferreira apresentou à Assembleia o conceito de política de reservas, bem como propôs duas alternativas relativamente à política de reservas. Solicitou à Assembleia a aprovação ou não da existência de uma política de reservas e em segundo lugar, a opção por um dos dois modelos de política de reservas a saber: garantir 4 meses de despesas fixas da secção, ou garantir a totalidade da quota a pagar no ano seguinte.

Almeida dos Santos referiu que é, de facto, importante existir uma política de reservas, sendo da opinião que tanto um modelo como outro é viável e os valores muito similares, pelo que poderá ser posteriormente a direcção e o Conselho de Responsabilização e Controlo a aferir a melhor opção. No mesmo sentido Vítor Nogueira manifestou a sua opinião.

Questionado sobre qual considerava a melhor opção Ricardo Ferreira, referiu que em seu entender a primeira opção é a mais favorável.

Na sequência das intervenções anteriores, o Presidente da Mesa sugeriu que a escolha entre as duas opções fosse decidida pela Direcção com o parecer do Conselho de Responsabilização e Controlo, propondo à votação a aprovação de uma política de reservas nos termos propostos, cabendo à direcção, ouvido o Conselho de Responsabilização e Controlo, a escolha da opção final, entre as duas que foram apresentadas à Assembleia. Realizada a votação, esta foi aprovada por unanimidade.

Querubim Reisinho pediu um esclarecimento à Mesa sobre qual o sentido da votação anterior uma vez que tinha ficado com dúvidas. Informado pelo Presidente da Mesa que a votação tinha sido no sentido de aprovar uma política de reservas e que a escolha entre as duas opções será da responsabilidade da direcção e da Comissão de Controlo na sequência das sugestões de Almeida dos Santos e Vítor Nogueira, fez de seguida uma interpelação à mesa questionando-a sobre as razões pelas quais se tinha procedido à votação de uma proposta que não tinha sido formalmente apresentado e enunciado insistiu sobre a necessidade de se votar o modelo de política de reservas nesta Assembleia para que de futuro não haja polémicas nem problemas acerca das decisões tomadas pela direcção nesta matéria.

Tendo o Presidente da Mesa salientado que a votação já tinha sido feita nos moldes descritos, Querubim Reisinho fez uma nova recomendação à mesa para que de todas as decisões que a Direcção venha de tomar no futuro sobre a Política de Reservas adoptada sejam devidamente comunicadas aos membros da secção. Acrescentou ainda que, apesar de não tencionar impugnar esta decisão, intenção essa que pediu que ficasse registada na acta, a mesa alterou a ordem de trabalhos sem ter havido votação por parte da Assembleia tendo sido posteriormente apresentado um tópico novo não mencionado especificamente na Ordem de Trabalhos, a saber, a política de reservas.

O Presidente da Assembleia explicou que a aprovação da política de reservas embora se pudesse inscrever no ponto sete por sugestão do Tesoureiro foi este ponto enquadrado no ponto cinco, relativo à apresentação, discussão e votação do orçamento para 2011 por ser implícito à previsão orçamental, não tendo havido na altura qualquer discordância por parte da Assembleia quanto a esta organização dos trabalhos. Referiu ainda que na altura desta proposta Querubim Reisinho não se encontrava presente na Assembleia.

Vítor Nogueira pronunciou-se sobre este aspecto, referindo que Querubim Reisinho tinha razão quanto a este aspecto, porque, o regimento da Assembleia Geral não foi cumprido: não foi apresentada no início da reunião qualquer sugestão de alteração da Ordem de Trabalhos, em que a política de reservas só podia fazer parte do ponto 7, tendo, já no decurso da reunião sido proposta e alterada a Ordem de Trabalhos, sem ser votada pela Assembleia. No entanto, como ninguém se opôs a essa proposta, pareceu-lhe que tinha sido uma decisão consensual.

Posto isto, Armando Borlido alertou Querubim Reisinho para o facto de este ter estado distraído durante a apresentação da Ordem de Trabalhos e do pedido de votação por parte do Presidente da Assembleia e como tal, ter ficado com dúvidas relativamente ao total alcance da deliberação a tomar, tendo-se deliberado apenas votar a opção de existência de uma política de reservas, ficando o modelo a adoptar da responsabilidade da direcção.

Face ao modo acalorado como o debate se processava o Presidente da Mesa insistiu para que Armando Borlido e Querubim Reisinho não entrassem em diálogo e cada um aguardasse a sua vez.

Querubim Reisinho pediu então a palavra para “Defesa da Honra”. Tendo o o Presidente da Mesa, em seu entender, por duas vezes recusado tal pedido, decidiu por isso abandonar a Assembleia.

Otília Reisinho salientou o facto de haver dúvidas por esclarecer no que diz respeito ao sentido da votação, lamentando a gravidade da situação, já que não tinha sido só o Querubim Reisinho a manifestar dúvidas sobre a votação da Política de Reservas pois até a Zé Justino tinha referido tais dúvidas. E acrescentou que em circunstâncias nenhuma o Presidente da Mesa poderia ter deixado de dar a palavra a um membro da Assembleia para “Defesa da Honra”.

Almeida dos Santos sugeriu que fosse feita uma pausa nos trabalhos.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Assembleia propôs retomar a discussão relativa aos modelos a adoptar na política de reservas.

Luís Braga considerou que é um acto de gestão da direcção optar por um modelo de política de reservas. Também foi da opinião que esta questão se inscreve na discussão relativa ao Orçamento por ser algo que está implícito à gestão de fundos. Concluiu que é bom haver uma reserva e melhor ainda é optarmos por um modelo cujo montante a reservar é maior.

O Presidente da Mesa voltou a esclarecer que propôs apenas à votação a existência de uma política de reservas e não a opção por uma das duas opções apresentadas.

Almeida dos Santos referiu que votou consciente de que estava a votar apenas a existência de uma política de reservas e que a escolha do modelo seria mandatada à Direcção. No seu entender, ambas são vantajosas e carecem de melhor estudo, não se justificando qualquer outra votação.

Vítor Nogueira expressou o seu apoio às intervenções de Luís Braga e de Almeida dos Santos, referindo que a votação estava feita e não concordava que fosse repetida. Mesmo que fosse para se chegar a um consenso, o efeito poderia ser o contrário. Depois de aprovada se haveria política de reservas, havia que votar em alternativa quem preferia escolher já a opção a tomar, ou mandar na direcção essa escolha; e depois, ainda poderia haver nova votação entre as duas opções. Seria sempre uma votação inexpressiva e nada

consensual. Também foi da opinião que por uma questão de razoabilidade é preferível mandar a operacionalização da política de reservas à Direcção.

Finalmente, Otília Reisinho lamentou o facto de um membro estar a redigir uma declaração de desistência da Amnistia por não ter havido rigor em termos formais durante a reunião.

6. Apresentação e discussão das propostas de resolução ao *International Council Meeting (ICM)*;

O Presidente da Mesa deu a palavra a Víctor Nogueira que procedeu à apresentação de uma síntese das propostas de resolução ao ICM. Referiu que vai haver um Conselho Internacional pelo que optou por situar a Assembleia quanto à existência de 32 propostas a serem discutidas no ICM. São questões relacionadas com os estatutos, bem como com a governança.

Salientou na síntese apresentada que, ao contrário do que aconteceu nos ICM anteriores, as secções tentam desencadear propostas fora da lógica da *One Amnesty*. Nesse sentido, Víctor Nogueira propôs que se veja a lógica globalizante de activismo disperso e que as discussões possam ser agrupadas em propostas relacionadas com a organização e outras que estejam fora deste âmbito. Na sua opinião as questões e propostas devem ser aprofundadas, embora se esteja muito limitado no tempo.

Finda a apresentação, Ricardo Ferreira acrescentou informação relativa às quotas a pagar à AI pelas secções. As quotas deveriam representar 40% das receitas independentemente de isso afectar ou não a sustentabilidade financeira das secções. Esta era uma proposta impossível de aceitar e a solução actual é bastante equilibrada e progressiva.

Teresa Nogueira considerou também importante haver uma reunião para uma discussão mais profunda das propostas apresentadas ao ICM. Quanto às opções que podem existir em alguns países relativamente a membros afiliados, isto é, no domínio das parcerias, tal é, em seu entender, uma perversão total do espírito da AI. Um outro ponto com o qual não concorda tem a ver com a possibilidade de os candidatos ao IEC poderem ser apresentados por outras estruturas que não as secções. Outra questão que levanta problemas tem a ver com as prioridades globais não serem aprovadas pelo ICM. Mais ainda, o IEC aprova e limita-se a informar o ICM quanto a questões de democraticidade e excesso de poder por parte do IEC. O *Chairs Forum* devia tomar resoluções, no entanto apenas é consultado e/ou informado, o que, no seu entender, é lamentável e perigoso. Além do mais colocam em perigo o movimento devido à diminuição da democraticidade.

Almeida dos Santos sublinhou a proposta da secção francesa no que concerne a defesa dos direitos das crianças por ser uma prioridade e entende que à semelhança da proposta de

uma AI francófona também se devia apoiar uma comunidade lusófona no contexto da intervenção no movimento.

No que concerne ao sistema de quotas, teceu algumas críticas. Alertou para a probabilidade da quota portuguesa aumentar pois há um salto brusco de níveis de quotização. É sua opinião que a secção portuguesa não deveria igualmente aceitar o sistema de compensações previsto numa das propostas.

Teresa Nogueira salientou que há diferenças entre trabalhar dentro do país e trabalhar ao nível internacional, pelo que são poucas as pessoas que podem trabalhar no comité internacional e estas devem ser compensadas. A nível nacional já não será relevante.

Ricardo Ferreira prestou um pequeno esclarecimento relativamente ao sistema de quotizações.

Zé Justino agradeceu o trabalho de síntese realizado pelo Vítor Nogueira, tendo em conta que essa tarefa lhe foi solicitada com pouca antecedência.

Atendendo à importância destas matérias e para permitir sustentar com mais rigor a posição de Portugal no contexto do próximo ICM, a Presidente da Direcção sugeriu a realização atempada de um *Think Tank* onde a discussão destas propostas poderá ser aprofundada.

7. Apresentação, discussão e votação de outras propostas/assuntos;

José Pinto Miranda tomou a palavra para saber se estavam disponíveis uns emblemas da Amnistia que se costumavam usar com muito orgulho. Zé Justino informou que os mesmos esgotaram mas que está prevista a apresentação de novos *pins*.

O Presidente da Assembleia lembrou que foi proposta a constituição de dois grupos de trabalho. Lembrou ainda que no último Conselho Geral se abordou a questão de alteração do regime eleitoral, estando previsto igualmente a constituição de um outro grupo de trabalho. Agradeceu finalmente, em nome da Assembleia, a disponibilidade do Grupo de Matosinhos para acolher este reunião.

8. Apresentação, discussão e votação do local de realização da próxima Assembleia Geral

Por proposta de Zé Justino, Presidente da Direcção, foi aprovada por unanimidade a realização da próxima Assembleia em Novembro, em Lisboa, na Escola Superior de Comunicação Social.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião do Conselho Geral declarada encerrada pelo Presidente da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A secretária

(Joaquim Ruivo)

(Ana Filipa Santos)